

A ditadura de 1964-1985 na Baixada Fluminense

The 1964-1985 Dictatorship in the Baixada Fluminense

Fabricio Telo*

Resenha do livro: SALES, Jean; FORTES, Alexandre. **A baixada fluminense e a ditadura militar:** movimentos sociais, repressão e poder local. 2ª edição, revisada e ampliada. Salvador: Saga Editora, 2022.

Palavras-chave: ditadura (1964-1985); Baixada Fluminense; resistência; classe trabalhadora.

Keywords: Brazil's Dictatorship (1964-1985); Baixada Fluminense (Rio de Janeiro lowlands); Resistance; Working Class.

NO ANO EM QUE se descomemoram os 60 anos do golpe empresarial-militar de 1964 e em que se investigam tentativas de um novo golpe para invalidar o resultado das eleições presidenciais de 2022, publicações como este livro organizado por Jean Sales e Alexandre Fortes ganham particular importância. A coletânea é especialmente relevante por focar em uma região cuja população é majoritariamente da classe trabalhadora e cuja história ilustra bem as complexidades da relação capital-trabalho no Brasil em função de sua diversidade demográfica, política e econômica.

Assim como hoje, durante a ditadura, a Baixada já era habitada por diversos grupos étnico-raciais e imigrantes de diversas regiões do país, como do Nordeste brasileiro, norte fluminense e de outros estados, como Minas Gerais e Espírito Santo. Por estar localizada no entorno da cidade do Rio de Janeiro, que de 1763 a 1960 serviu como capital federal, a Baixada era vista como uma região-chave para o trabalho político de diversas organizações, incluindo o Partido Comunista Brasileiro, criando na Baixada uma diversidade política que não estava presente em todas as regiões do país

* Professor de Sociologia na Universidade Politécnica Kwantlen, no Canadá. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), onde também cursou seu mestrado. Graduiu-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria. Membro da Comissão Camponesa da Verdade e do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ). E-mail: fabricio.telo@kpu.ca. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4930-0309>.

no contexto do golpe, e que, portanto, colocava a Baixada como uma área de atenção prioritária para os agentes da repressão dos governos militares. Do ponto de vista econômico, a Baixada incluía áreas densamente urbanizadas e com grandes indústrias e áreas rurais em que se produzia cana, laranja e outros cultivos de subsistência, congregando, portanto, características tanto do Brasil urbano como do rural daquele período, aspecto por vezes secundarizado na historiografia sobre a ditadura.

Com a diversidade temática de seus capítulos, o livro dá conta de abordar com propriedade esses elementos que fazem da Baixada uma região peculiar para se compreender os efeitos, no plano local, das transformações provocadas pelo golpe no âmbito nacional. Publicado pela primeira vez em 2016, como resultado de um seminário realizado em 2014 sobre os 50 anos do golpe, e reeditado em 2022, com a adição de novos capítulos, o livro se tornou ainda mais relevante no momento atual em função das transformações políticas ocorridas no país nos últimos anos, com destaque para o crescimento da extrema direita, acompanhada de uma maior participação política de militares alinhados à ideologia da ditadura. Nesta resenha, destaco três temas tratados pelos diversos capítulos do livro: 1) a relação entre os militares e o poder local; 2) as iniciativas de resistência à ditadura; e 3) o papel da Igreja Católica, com destaque para o bispado de Dom Adriano Hypólito em Nova Iguaçu.

A relação entre os militares e o poder local

UM DOS TEMAS abordados pelo livro é a forma como a ditadura contribuiu para a consolidação de uma configuração política ainda presente no estado do Rio de Janeiro, envolvendo o poder público (principalmente as forças de segurança), oligarquias locais, milícias e contravenção. A recente prisão dos irmãos Chiquinho e Domingos Brazão como suspeitos de ordenarem o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, o que resultou na morte também de seu motorista Anderson Gomes, jogou luz sobre esse tema, notadamente o poder político das milícias e sua influência nas mais diversas estruturas do Estado, dando ainda mais relevância ao livro.

No capítulo *Da ditadura militar ao neoliberalismo: o poder e a violência na história da Baixada*, José Cláudio Souza Alves, autor do clássico livro *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense* (2003), descreve as estratégias adotadas pelos militares, via cassação ou via *impeachment* pela Câmara de Vereadores, para depor prefeitos e permitir a indicação de nomes alinhados com a ideologia da ditadura, facilitando assim a posterior eleição de grupos de extermínio para cargos de vereador e prefeito nos municípios da Baixada. O capítulo *Onze prefeitos em onze anos: das vitórias do MDB à hegemonia arenista – 1964/1975*, de Allofs Daniel Batista, aprofunda a análise dessa dinâmica, tendo como foco especificamente o município de Nova Iguaçu.

Nilópolis, citada por Alves como “peça-chave” nessa configuração política, caracterizada pela “conjunção entre poder militar, poder familiar e contravenção” (p. 22), é mais profundamente analisada no capítulo *Interferência militar e poder familiar em Nilópolis*, de Luiz Anselmo Bezerra, especialista nos estudos sobre escolas de samba no Rio de Janeiro. Bezerra analisa com propriedade as articulações entre os militares com as famílias Sessim David e Abraão David, apontando para a colaboração dos membros dessas famílias com a repressão ditatorial, com destaque para a parceria entre o então deputado Jorge David e o capitão José Ribamar Zamith, comandante da 1ª Companhia de Polícia do Exército e um dos principais responsáveis pelas interferências dos militares na política local da Baixada. A partir de fontes orais e documentais, Bezerra mostra que, embora Jorge David tenha sido eleito deputado pela primeira vez em 1962, foi apenas a partir da cassação pela ditadura de outros políticos de peso em Nilópolis que as famílias Sessim David e Abraão David se consolidaram como um núcleo importante de poder no município.

Caso o atual deputado federal Chiquinho Brasão perca seu mandato por conta de sua acusação no caso Marielle, o suplente a assumir o posto é o ex-deputado estadual Ricardo Abrão, membro do clã Abrão David e sobrinho de Anísio Abraão David, conhecido por sua liderança na escola de samba Beija-Flor e no jogo do bicho no Rio de Janeiro e preso diversas vezes por corrupção, formação de grupos armados, dentre outros delitos. A persistência até os dias de hoje dessa configuração política que se consolidou na ditadura é mais um dos diversos elementos que *restam da ditadura*, em uma paráfrase ao título de uma outra coletânea, também clássica, organizada por Edson Teles e Vladimir Safatle (2010).

As formas de resistência à ditadura

UM SEGUNDO TEMA transversal a vários capítulos do livro é a resistência dos trabalhadores da Baixada e das diversas organizações revolucionárias e movimentos de bairro contra a ditadura. Exemplar nesse sentido é o capítulo *1964 em Magé: memória e ação política dos trabalhadores durante a repressão*, de Felipe Ribeiro, dedicado estudioso das lutas dos trabalhadores mageenses. Ele analisa como as articulações entre os trabalhadores rurais e os da indústria têxtil por meio do Partido Comunista Brasileiro, para mostrar que, diferentemente das frequentes narrativas que descrevem os trabalhadores ora como “apáticos”, ora como “subversivos”, a classe trabalhadora é sujeito de sua própria história.

Os capítulos *À revolução brasileira! O Movimento Revolucionário 8 de Outubro e os trabalhadores na luta armada (1969-1971)*, de Higor Codarin, e *Getúlio Cabral e as vertentes da memória*, de Giselle dos Santos Siqueira, destacam a participação de duas lideranças de Duque de Caxias em organizações armadas na Baixada: Felix

Escobar no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e Getúlio Cabral no Partido Comunista Revolucionário Brasileiro (PCBR). Um aspecto em comum na trajetória desses dois militantes é seu engajamento no PCB e no movimento sindical no pré-golpe e sua posterior adesão a organizações armadas no pós-golpe, o que ilustra um processo mais amplo que acontecia com boa parte da militância de esquerda no Brasil, tendo em vista a repressão aos sindicatos, cassação de partidos e fechamento de canais de participação democrática pela ditadura. Suas trajetórias também coincidem no que tange à curta duração de sua participação nessas organizações armadas, seguida de prisão, assassinato e impedimento de acesso ao corpo pela família para um enterro digno. Outra coincidência é o fato de que seus corpos foram localizados posteriormente, já no período pós-ditadura, graças ao trabalho incansável de organizações de direitos humanos, como o Grupo Tortura Nunca Mais, no caso de Getúlio Cabral nos anos 1990, e de iniciativas de justiça de transição, como a Comissão Nacional da Verdade, no caso de Felix Escobar, em 2014.

Outra forma importante de resistência à ditadura na Baixada abordada por diversos capítulos do livro foi o Movimento dos Amigos de Bairro (MAB). O capítulo *Pela revolução, ele foi ao Éden! A trajetória militante de João Pedro de Souza Neto*, de Adriana Maria Ribeiro, aprofunda a análise sobre o papel do MAB a partir da trajetória de um militante do movimento. Recém-formado dentista e com passagens pelo PCB e MR-8, João Pedro ingressou no Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha (PCdoB-AV), que passava por uma transição de foco na luta armada para o trabalho de massas, decidiu desfazer-se dos bens que possuía no Rio de Janeiro e mudar-se para o bairro do Éden, em São João do Meriti, para viver uma vida igual à dos demais moradores do bairro. Tal abordagem se assemelha à política da “integração na produção” adotada pela Ação Popular (AP) nos anos 1960. Nos anos 1970, dadas as dificuldades conjunturais e as similaridades de entendimento político, principalmente em relação à importância do maoísmo, parte significativa dos militantes da AP migraram para o PCdoB, o que pode ajudar a entender a adoção dessa e de outras práticas da Ala Vermelha, como a alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire e o uso de peças teatrais de cunho político.

No capítulo *Sob o olhar e o julgamento da repressão: eu os declaro culpados*, Ábner Sótenos discorre sobre o monitoramento dos integrantes do MAB pela chamada comunidade de informações e as conexões históricas com movimentos do pré-64, como o movimento camponês, representado por lideranças como Bráulio Rodrigues da Silva e Laerte Bastos, evidenciando mais uma vez os laços entre o rural e o urbano que caracterizam a Baixada, como também mostrou Felipe Ribeiro em seu artigo sobre Magé. Sótenos analisa ainda as origens do MAB e as tensões entre membros do movimento com histórico de militância em organizações de esquerda e um ator central na resistência à ditadura, a Igreja Católica, da qual tratarei na seção seguinte.

O papel da Igreja Católica

SE NO MOMENTO do golpe a Igreja ocupou papel central no sentido de apoiá-lo, ao longo da ditadura, seu papel foi aos poucos se invertendo. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) passou a ser dirigida por bispos críticos aos governos militares e a apoiar iniciativas populares de resistência e luta por democracia, como foi o caso do MAB. Na diocese de Nova Iguaçu, ganhou proeminência o bispado de Dom Adriano Hypólito (1966-1994). Sua atuação incomodava tanto a ditadura que chegou a ser sequestrado em 1976, como detalha Alexander Souza Gomes em seu capítulo *Interdependência entre religião e política no bispado de Dom Adriano Hypólito no âmbito da ditadura civil-militar*.

Além das dificuldades vindas de cima em função da ditadura, Dom Adriano enfrentava também oposição interna na sua diocese, como mostra Adriana da Silva Serafim em seu capítulo *“Guerra do Riachão”: conflito religioso e disputa política na diocese de Nova Iguaçu (1982)*, sobre o conflito entre Dom Adriano e o padre Valdir Ros, de orientação mais conservadora. Chama atenção nesse caso o apoio que padre Ros recebia de um capitão reformado do Exército, diretor de um jornal local, na oposição a Dom Adriano, evidenciando mais uma vez as articulações militares com representantes locais para atingir seus objetivos, como vimos na primeira seção.

O último capítulo do livro, *A casa da negritude: as “universidades clandestinas” (quilombos) do Brasil e o debate relativo à Teologia Hemisférica Negra (Nova Iguaçu, 1985)*, de Travis Knoll, traz uma contribuição importante da Igreja para se pensar a resistência não apenas a partir de uma perspectiva de classe, mas também de raça, um aspecto secundarizado nas elaborações das organizações de esquerda no Brasil nos anos 1960 e 1970. O autor aponta como Nova Iguaçu, em 1982, ocupou um espaço de protagonismo internacional no debate sobre raça no âmbito da Teologia da Libertação.

Um ator ausente no livro são os povos indígenas. Vítimas de genocídio durante o período colonial, como os Tupinambá, por exemplo, os povos indígenas têm estado presentes na história da Baixada, como enfatiza o Observatório da Presença Indígena no Rio de Janeiro (Opierj) por meio de publicações e entrevistas com especialistas em seu portal.¹ Embora não se conheçam episódios de repressão contra indígenas em função de sua identidade, como ocorreu em outras regiões do país, uma reflexão que poderia ser feita em estudos futuros é pensar a vida indígena na Baixada durante a ditadura a partir de uma perspectiva de longa duração (BRAUDEL, 1992), a fim de identificar em que medida a ditadura atuou como uma intensificação de mecanismos coloniais de opressão contra esses povos.

Uma das principais contribuições do livro é o fortalecimento da memória política sobre a ditadura em um momento em que o governo Lula decidiu evitar a organização de atos

¹ Disponível em: <https://opierj.org/presenca-indigena-na-baixada-fluminense/>.

sobre os 60 anos do golpe. Tal estratégia de esquecimento pode render certa estabilidade política no curto prazo, mas contribui para a perpetuação de uma lógica segundo a qual os militares não podem ser responsabilizados pelas violações que cometeram sob pena de se sentirem “ofendidos” e ameaçarem novamente a democracia. Trata-se, portanto, de uma continuidade de uma tutela militar que marcou a própria transição para a democracia, como mostra Zaverucha (1994), calcada na ameaça velada do uso da força, a exemplo da inserção do famoso artigo 142 na Constituição Federal de 1988. O artigo, que prevê a possibilidade de as Forças Armadas serem convocadas por um dos poderes da República para garantir a ordem em caso de necessidade, é reivindicado atualmente por extremistas nostálgicos da ditadura como justificativa para o que chamam de “intervenção militar”, que na prática seria um novo golpe de estado.

Por fim, o livro é leitura obrigatória para estudiosos da classe trabalhadora pela riqueza de abordagens e de casos emblemáticos de resistência e repressão em uma região igualmente emblemática para a classe trabalhadora, tendo em vista as especificidades históricas e geográficas da Baixada.

Recebido: 01/04/2024

Aprovado: 16/04/2024